

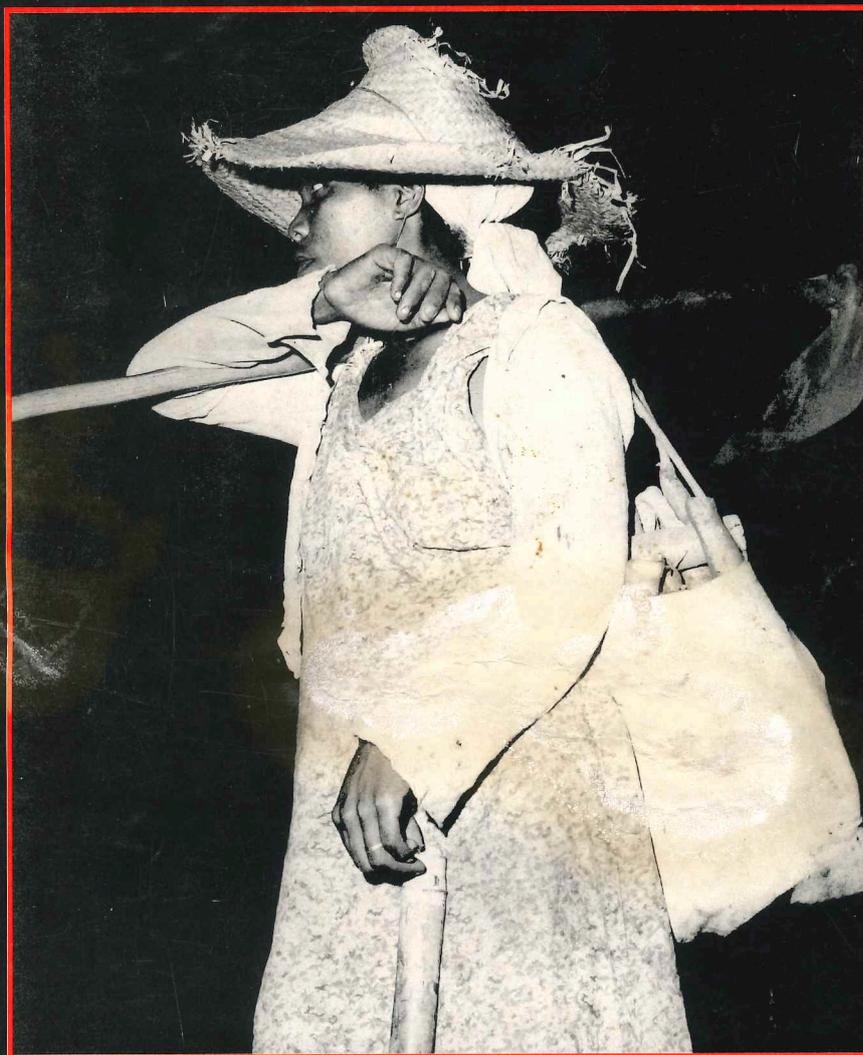
Setembro 95

Revista da

Mulher

Rural

Edição
ESPECIAL



Editora Cidade Rural (041)243-7227

**O que faz
e o que quer,
a trabalhadora
rural.**

EXPEDIENTE

Revista da Mulher Rural
Convênio FETAEP/
DENACOOOP/MAARA,
nº137/94.

Comissão Estadual de
Mulheres Trabalhadoras
Rurais - FETAEP (Fede-
ração dos Trabalhadores
Rurais do Estado do
Paraná.

Diretoria Efetiva:

Antônio L. Zarantonello;
Ademir Mueller; Luíz
Perin; Pedro L. dos San-
tos; Romeu A. Bruxel;
Mário Plefk; Jairo C.
Almeida.

Suplentes:

Mauro I. Rodrigues; Edi-
te S. Teonório; Orlando
Peterline; Benedito R.
Pinto; Joanez Marakoicz;
Ataides Maranhão; Már-
cia E. Briganti.

Conselho Fiscal:

José F. R. Costa; Ilton I.
da Silva; João E. Ribeiro.

Suplentes:

Benedito C. de Oliveira;
Valdomiro M. do Prado;
Iraci V. Vettorazzi.

Delegados Confederativos:

Antônio L. Zarantonello;
Pedro M. Lemos; Mário
Plefk.

Suplentes:

Ademir Mueller; Luíz
Perin; Jairo C. Almeida.

Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais:

Jacy Vans Perin (Coorde-
nadora Estadual);
Jucimara Ganzert Perei-
ra (Assessora- Convênio
EMATER/FETAEP);
Angela Tibes Lang
(Apoio da Comissão).

Editoração:

Pesquisa e edição: Carlos
Rocha (MT3162/12/01);
Laertes Wandler (MT2394/
10/166); Regina Santos; José
Leal Jr.



*Jacy Vans Perin
Coordenadora da
Comissão Estadual de
Mulheres Trabalhadoras
Rurais - PR.*

EDITORIAL

No início dos anos 80 ressurgem os movi-
mentos populares no Brasil. Neste período intensi-
ficou-se a luta pela terra, por uma política agrícola
em defesa da pequena propriedade e pela permanên-
cia do homem no campo.

Neste cenário, de resgate dos direitos soci-
ais e da cidadania, surgiram os movimentos e orga-
nizações de Mulheres Trabalhadoras Rurais que trou-
xeram à discussão a situação específica da mulher
do campo. A mulher sempre teve que lutar para ob-
ter o respeito e a consideração da sociedade, tanto
nas cidades quando no campo.

Com o crescimento da indústria, na década
de 30, a mulher urbana conseguiu entrar no mercado
de trabalho. Até hoje, no entanto, ela ainda recebe
salários inferiores aos homens. No campo a situação

não é diferente, a mulher trabalha na lavoura desde que o ser humano ini-
ciou o processo agrícola, mas só na década de 90 conquistou o direito à
aposentadoria e ao salário maternidade.

Foram as Organizações e Movimentos de Mulheres que trouxeram
para realidade da Trabalhadora Rural a discussão e a luta pelos seus direi-
tos, fica muito concreta a necessidade da mulher se organizar e lutar com
objetivos firmes e determinados quando observamos alguns resultados desta
luta:

* 1991 consegue-se a aposentadoria aos 55 anos para mulher e aos 60
para o homem;

* 1992 conquista-se os Benefícios por Acidente de Trabalho;

* 1994 conquista-se o Salário-Maternidade.

A Mulher Trabalhadora Rural deve absorver a consciência da necessi-
dade em sindicalizar-se e participar do movimento sindical organizado que
defende os direitos da classe dos trabalhadores rurais, não se deve pensar
em separar o movimento já existente com os homens trabalhadores rurais e
sim somar-se, para juntos poderem combater a discriminação que sofre o
segmento dos trabalhadores rurais.

■ PAUTA ■

Entrevista	pag 2
Aposentadoria Rural	pag 4
Beijing - China	pag 6
Encontro de Micro Regiões	pag 7
Reunião de Lideranças e Coord. do MMTR	pag 8
Dia Internacional da Mulher	pag 10
Reunião de Integração	pag 12
Um outro jeito de ser	pag 14
Saúde.	pag 16
Atividades do MMTR	pag 18

É hora de novas palavras

Revista da Mulher - Qual é a sua relação com as entidades Sindicais?

A. Zarantonello - Nossa federação tem uma conduta de abertura, portanto conversa com todas as Centrais, aliás não só com as centrais, com as Confederações e com a classe patronal, por que o dialogo é necessário num momento em que se fala muito em democracia. Nossas relações são de muito diálogo, mesmo com divergências; não somos excludentes, temos uma relação que procura a integração dentro do possível e até uma ação conjunta com as Centrais ou Instituições Governamentais e Não Governamentais, desde que possa ser compatível com o que a Federação tem como princípio, encaminhando a luta no interesse da categoria.

Revista da Mulher - Como o senhor pretende lutar para haver um melhor tratamento aos pequenos produtores, pelo governo federal?

A. Zarantonello - A nossa luta nesse sentido é intensa, estamos aqui no sul do Brasil, em especial no Paraná (pioneiro nesta batalha), para que seja reconhecida esta diferenciação na agricultura. Existem duas agriculturas: a grande e a pequena. Nós estamos inclusive sentindo algum êxito, pois já se tem reconhecimento destas duas categorias. Há uns 6 ou 7 anos atrás nem se cogitava isso, hoje existem já acordos e resoluções por parte do governo federal no sentido de ver quem é esse pequeno produtor. Estamos batalhando muito pois o mundo competitivo é presente e o pequeno produtor não tem condições de sozinho competir, senão for assistido por uma política diferenciada e levado em conta as suas necessidades. Esse movimento já se espalhou pelas 24 Federações que compõe a organização sindical dos trabalhadores rurais brasileiros, que formam o Conselho da CONTAG. A luta de defesa do pequeno agricultor, de con-



Antonio Lúcio Zarantonello
Presidente FETAEP

tenção ao êxodo rural, de geração de emprego, de agregação de valores e associativismo são algumas de nossas batalhas a nível de ação sindical, na área de política agrícola.

Revista da Mulher - O que precisa mudar na cabeça dos grandes proprietários?

A. Zarantonello - O que deve mudar, sejam eles rurais ou urbanos, é a mentalidade. Por que ainda existem os chamados "Coronéis" que atuam em suas fazendas com autoritarismo, algumas vezes não pagando nem mesmo os impostos, ali nem o governo consegue atuar. Há a necessidade que eles se moldem a nova realidade, é preciso entender que ser proprietário de grandes áreas não é só produzir e buscar resultados econômicos, é preciso acima de tudo contribuir para o desenvolvimento do país, gerenciando empregos e condições de vida mais digna, com melhor distribuição de renda, e principalmente, tirar da cabeça que a pequena propriedade é inviável e com esta atitude expulsar o homem do campo; não é interessante para nenhum proprietário (da cidade ou do campo) que o agricultor, seja ele porcenteiro, meeiro ou mesmo pequeno proprietário, venha para a cidade engrossar as fileiras da miséria. Senão, amanhã teremos uma agricultura desenvolvida, tecnificada e só 5% da população na agricultura e, em contra ponto, uma cidade temerosa, cheia de desempregados, que terão de apelar para coi-

sas absurdas em virtude de sua sobrevivência. Não devemos só pensar no que possuímos e na influência do poder, devemos pensar nas gerações futuras, contribuindo para um país viável.

Revista da Mulher - Qual a sua avaliação de um ano do Plano Real?

A. Zarantonello - Se partimos do ponto de vista da alta inflação que vivíamos; qual o brasileiro que não gosta de viver sem inflação? Mas é bom ressaltar que tem gente pagando caro por isto, principalmente no setor da agricultura, às custas e sacrifícios do pequeno agricultor. A recessão está aí, porém o governo não reconhece, o desemprego é forte, o prejuízo é grande na agricultura e quem corre o risco gastando para produzir, sem a certeza de poder vender (com os preços dos produtos agrícolas lá embaixo, os preços dos insumos crescendo e não conseguindo vender pelo preço mínimo garantido pelo governo) nem para a tirar as despesas da produção é mais uma vez o pequeno produtor.

Revista da Mulher - O que o senhor acha da integração homem/mulher, no contexto da luta dos trabalhadores rurais?

A. Zarantonello - Muito importante, pois sofremos o efeito de uma cultura onde a mulher tinha de ser submissa e obedecer cegamente, onde

só o homem governava e mandava. Hoje as mulheres conquistam a igualdade de direitos, esta integração é fundamental pois a mulher representa mais de 50% da população trabalhadora, tem ainda muito a lutar política, organizativamente e como cidadã, mas principalmente uma luta interior de cada um, modificando tanto o homem e mulher, sabendo que a mulher não é mais, mas também não é menos. O processo é a integração, unindo homens e mulheres em lutas maiores.

"... a mulher rural, com suas dificuldades tem uma sensibilidade que chega a superar a mulher da cidade..."

Revista da Mulher - Qual é a sua avaliação de trabalho do Movimento de Mulheres do Estado do Paraná?

A. Zarantonello - Me surpreendeu de forma positiva, pois temos muitas dificuldades. Na área rural lutamos principalmente com a falta de escolaridade e o analfabetismo. A mulher que na maioria não sabe ler, dificulta seu esclarecimento, tem um trabalho escravizante, muitas vezes tendo de levar seus filhos pequenos à roça e tem dupla jornada de trabalho, com tudo isto achávasse difícil o desenvolvimento do Movimento de Trabalhadoras Rurais. Mas acreditamos e estamos conseguindo, o nos-

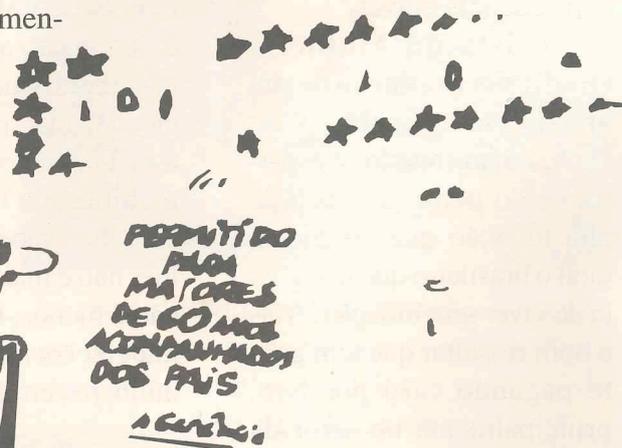
so Conselho Estadual de Mulheres promove reuniões de capacitação a nível de município e a resposta vem sendo totalmente positiva. A mulher rural já mostra capacidade de nos superar, temos mulheres diretoras na Federação e em alguns Sindicatos já presidentas; creio mesmo que a mulher rural com suas dificuldades têm uma sensibilidade que chega a superar a mulher da cidade, muita coragem de enfrentar as lutas. Ela está ocupando seu espaço e continuaremos caminhando juntos.

Revista da Mulher - Qual o futuro que o senhor vê para o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais?

A. Zarantonello - Na medida que o MMTR prova que é capaz para elas mesmas, para o movimento sindical e para a sociedade eu acredito num futuro benéfico, pois melhora como consequência o relacionamento na sociedade como um todo, por que vamos ver a presença da mulher crescendo. Elas vão poder dizer: Depois que nos organizamos e passamos a fazer parte do Sindicato ele se tornou muito melhor. Elas vão qualificar os Sindicatos, vindo não buscar um espaço que lhe foi roubado, mas ocupar seu verdadeiro espaço integrando-se ao homem nas lutas maiores, pelo bem do país.

A discriminação do trabalho rural

Os trabalhadores rurais lutam contra a tentativa do governo federal de alteração do texto constitucional, que pretende retirar as idades de 60 e 55 anos para a aposentadoria do homem e da mulher, respectivamente, que trabalha no campo. Levando-se em conta o desgaste do trabalho na agricultura, dificilmente as pessoas conseguem chegar a esta idade avançada em condições de continuar exercendo a sua atividade. Assim, o aumento do tempo de serviço obrigaria o homem do campo a trabalhar até morrer, sem perspectiva de usufruir do benefício da aposentadoria.



Mulheres

Se os trabalhadores rurais sempre foram discriminados em seus direitos trabalhistas, previdenciários e sociais, as mulheres têm sofrido muito mais nesse processo de exclusão, vendo sistematicamente o seu trabalho não ser reconhecido, aparecendo como mero apêndice do trabalho masculino. As mudanças previstas na legislação previdenciária penalizará ainda mais a mulher trabalhadora rural, pois não reconhece a sua força de trabalho na agricultura familiar para efeito de concessão dos benefícios previdenciários.

Juntamente com a mobilização em defesa dos direitos previdenciários, as mulheres trabalhadoras rurais lutam pela defesa do Sistema

Único de Saúde (SUS) e a deflagrada campanha pela documentação da mulher. Grande parte das tabaladoras rurais não têm CPF, Carteira de Trabalho ou mesmo sequer Carteira de Identidade.

Todo este trabalho de conscientização junto as mulheres do campo é parte de um trabalho idealizado e coordenado pelo Movimento de Trabalhadoras Rurais, que têm como meta principal esclarecer as mulheres da sua real importância tanto na vida como na produção familiar; faz parte ainda dos objetivos a luta pela correta documetação dessas mulheres para desta forma poderem exercer a cidadania e lutar pelos seus direitos.

Preocupados com esta situação, a FETAEP realizou o 1º Seminário Estadual sobre Previdência Social e o Trabalhador Rural, em 30/06/95. Discutiram não só o descaso do governo federal para com os contribuintes em geral, como também enfocaram o caso específico das aposentadorias das Mulheres Trabalhadoras Rurais.

A Constituição de 1988 estabelece que mulheres e homens devem ter acesso aos benefícios sociais em condições de igualdade. Porém, até hoje não foram estabelecidas políticas de emprego, de qualificação profissional e nem esforços sociais, para que essa igualdade aconteça de fato.

Também não existem di-



reitos que garantam a diminuição dos encargos domésticos das mulheres.

A maioria dos direitos das mulheres que constam na Constituição, até hoje não foram postos em prática e não são respeitados.

Embora já existam algumas leis que regulamentam a questão agrária, o governo fez pouco caso até agora e muito pouco foi implementado. A política agrícola não garante condições de igualdade às mulheres.

A única política social do governo federal é a de mudanças na Previdência Social, podendo neste processo alterar muitas conquistas dos trabalhadores brasileiros, se os segmentos organizados

não se fizerem presente e atuante em defesa dos direitos dos trabalhadores.

A aposentadoria não pode ser um benefício para quem perdeu a capacidade de trabalhar, como quer o governo.

Depois de contribuir durante muito tempo tanto o trabalhador como a trabalhadora têm o direito de se aposentar, dispondo de sua vida e de seu tempo em benefício próprio. Para isso, a aposentadoria deve ser concedida quando ainda o cidadão tem condições para desfrutar deste direito.

O direito à Previdência Social (aposentadoria, salário-maternidade, auxílio doença e acidente de trabalho) é uma luta das Mulheres Trabalhadoras Rurais. Esta luta ficou clara, durante este 1º Seminário Estadual, as mulheres estão se organizando e não vão deixar barato a tentativa neo-liberal do governo federal em sucatear o sistema previdenciário e de saúde pública brasileiro.

Reforma Constitucional

A trabalhadoras rurais não vão abrir mão da aposentadoria aos 55 anos, pois:

- As mulheres sempre trabalham duas jornadas, uma na roça ou na horta (produzindo os alimentos) e outra cuidando dos filhos e da casa.

- É a mulher que cuida da Previdência Doméstica, tratando dos doentes e dos velhos sem dar desperas ao estado.

O que precisa realmente mudar são:

- As aposentadorias "especiais" para Presidente da República, Senadores, Governadores e Prefeitos com um só mandato.

- Deputados Federais, Estaduais e Vereadores que se aposentam com apenas dois mandatos de quatro anos.

- O acúmulo de benefícios que ultrapassam o teto máximo (hoje de 10 salários mínimos).

MULHERES RUMO A BEIJING

Distante 56 Kms da grande Muralha da China, Pequim, além de ser o grande centro político e administrativo do país, destaca-se culturalmente pelas academias, universidades, institutos científicos, museus, teatros e cinemas. O fino artesanato de tapetes, móveis, trabalhos em cobre, jade e marfim, têm sua origem no período em que a corte imperial esteve presente. Toda esta riqueza convive com uma dura realidade: é a capital de um país onde somente no campo a legislação permite dois filhos, caso o primeiro seja menina.

Nesta cidade, cuja história experimentou domínios, dinastias, papel de capital e cidade militar, se realizou em setembro de 1995 a IV Conferência Internacional sobre a Mulher.

O impedimento às gestações vai desde a vigilância do período menstrual das operárias das fábricas até a distribuição gratuita de anticoncepcionais passando pelo controle rígido das cotas anuais de gravidez por bairro. Quando superada as mulheres devem esperar a vez para engravidar. Isto se forem casadas, pois caso contrário, devem interromper imediatamente a gravidez uma vez que não é reconhecida e o certificado para dar a luz é negado.

Resistindo a essa política de população, observada mais atentamente pelas mulheres urbanas, as camponesas (maioria da população chinesa) desafiam as autoridades, conscientes do custo que representa um terceiro filho (multa). Os camponeses recebem as rondas e visitas de surpresa às vezes bem cedo, cinco ou seis horas da manhã, ou bem tarde da noite. Assustadas frequentemente as mulheres fogem para as montanhas próximas escondendo-se até a hora do



Encontro com Marta Suplicy



Encontro com a Senadora Benedita da Silva (PT)

parto. São alimentadas por suas famílias e arriscam a saúde do bebê e a sua própria vida, dada a impossibilidade de um atendimento médico pré-natal e durante o parto.

Outra forma de eliminar o crescimento do número de meninas nas famílias é o abandono. Quando não são encontradas mortas nos campos, estão nos orfanatos superlotados à espera de uma adoção de um casal sem filhos. Apesar das campanhas e sensibilidade, apresentada pelas autoridades contra esta discriminação, a forma mais terrível de seleção ainda persiste. É o infanticídio. A morte de bebês meninas condenadas após a instauração da República Popular, ressurge na década de 80 mas ainda é menor que a seleção sexo por ecografia e o abandono.

A mentalidade evolui lentamente.

FETAEP no encontro do Rio de Janeiro

No Rio, a FETAEP, esteve presente na Conferência Nacional das Mulheres Brasileiras rumo a Beijing, de 15 a 18 de julho, junto à 700 participantes de diferentes categorias, onde trabalhadoras rurais eram minoria e não haviam propostas para a categoria.

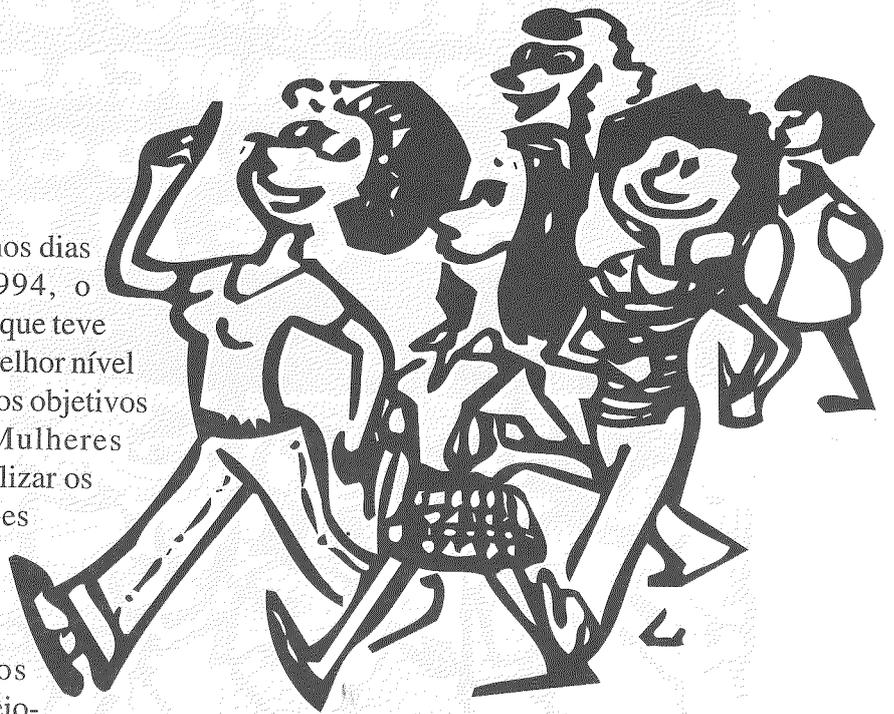
As mulheres rurais concentraram esforços no sentido de garantir a inclusão de propostas relacionadas com: Serviços Sociais Fundamentais a Saúde, Educação, Saneamento Básico, Creches, Direitos Trabalhistas e Previdenciários, Garantia dos Direitos Humanos básicos a mulher e a criança, Reforma Agrária e Direito a Terra, Democratização dos meios de comunicação e acesso das mulheres a estes meios.

Isto só foi realidade graças aos 26 Foruns Estaduais de discussão, que no Paraná foi conduzido por Angela Cordeiro e Jaqueline E. Dias.

Encontro Coordenadorias das Micro Regiões

Aconteceu na FETAEP, nos dias 28 e 29 de junho de 1994, o Encontro das micro regiões, que teve como meta estabelecer um melhor nível de entendimento em torno dos objetivos da Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais e canalizar os esforços, evitando que ações fragmentadas esvaziem o trabalho e a organização do MTR.

Os assuntos abordados foram: Agrotóxicos e o Meio-Ambiente (Reinaldo Scaliz - SEAG); Cuidados e prevenção com agrotóxicos (Irineu Zipperer - FUNDACENTRO); Agricultura Alternativa (Visita a chácara Verde Vida); Plano Real (Sérgio Gutierrez - FETAEP); Transformação



Artesanal de Alimentos (Maria de L. M. Vieira - Pastoral da Criança) e Planejamento e Prioridades de trabalho (Antônio Clarett). Este encontro definiu também representantes para o curso de Relações Sociais de Gênero, em

Florianópolis e para o Congresso da CONTAG. Também foi proposto que as mulheres participantes com maior frequência dos Cursos, Seminários e Congressos repassem estas informações em seus municípios, adotando uma postura atuante nas ações cotidianas; avaliou-se também a possibilidade de que nos próximos encontros seja convidado um homem de cada região, existindo assim uma maior integração das mulheres no movimento sindical, facilitando a participação mais efetiva nas ações do Sindicato.



Visita a chácara Verde Vida



A reunião com lideranças e coordenação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), no dia 29 de maio de 1995, na sede da FETAEP, em Curitiba, foi um evento que serviu para avaliar o 6º Congresso da CONTAG e também para definir prioridades em diversas áreas.

Foi apresentada a fita do 6º Congresso e avaliada a perda de espaço com a entrega da vaga na executiva da CONTAG. Confirmou a necessidade de uma reunião das mulheres que assessoram e coordenam o movimento de mulheres da região sul (Paraná - Santa Catarina - Rio Grande do Sul), algumas companheiras serviram-se do momento para fazer algumas considerações (Jandira e Izabel), citando

metodologias de trabalho e habilidades no encaminhamento das ações. A primeira (vereadora) citou estratégia usada na tribuna da câmara de vereadores quando precisou intervir a favor de um grupo de trabalhadores volantes e a segunda explicou como utilizou o espaço e a rede de comunicação da igreja, para trabalhar temas como "Direitos e Documentação das Mulheres Trabalhadoras Rurais".

O público assistido pelo MMTR / FETAEP não incide necessariamente sobre as mulheres sindicalizadas, visto que o grande contingente feminino vive a vida privada, sem consciência da vida pública. As mulheres tem iguais direitos, estas por sua vez necessitam muito

“As portas se abriram e hoje historicamente na FETAEP, temos uma Coordenação Estadual de Mulheres”

(Jucimara G. Pereira - Assessora do CEMTR - Convênio EMATER/FETAEP)

mais informação por nem sempre terem consciência política e não compreenderem a importância da sindicalização. Como metodologia de trabalho elegeu-se o rádio como uma das formas mais eficazes na difusão das informações; devendo conter estes programas um espaço para o envio de cartas e a emissão de respostas aos ouvintes.

Quanto as formas de eleição, avaliou-se que o termo coordenadora regional seria excluído



ficando a função de representante regional; não contando mais com uma e sim com três representantes por região; isto permitiria uma irradiação das informações e também evitaria a ausência ou manipulações no processo participativo. Estas representantes serão escolhidas na base, deverão ter história no movimento e interesse pela categoria e atuação junto a FETAEP.



Quanto a apresentação dos resultados do CMTR, foi feita uma leitura dos pontos alvos neste período (abril-94 a abril-95); foram também apresentados registros através de fotos e recortes de jornais, incluindo a apresentação da minivideoteca e biblioteca; ainda foram apresentados os resultados dos trabalhos em parceria com a EMATER na micro 10 onde uma série de eventos trataram dos direitos e da profissionalização das mulheres rurais.

“Nós cavamos a terra e jogamos a semente, sentimos que começa a brotar, sabemos que existe uma verdade, em nosso trabalho”

(Angela T. Lang - Apoio da CMTR)

O presidente da FETAEP resaltou a importância destas conquistas e concluiu:

“Estas conquistas somente foram possíveis porque temos os STRs e a Federação um dependente do outro, é uma organização nossa e por isto temos de estar presentes”

(Antônio Zarantonello).

8

DE MARÇO,

Um dia de luta !

Foi em 8 de março de 1857, em uma fábrica de tecidos em New York (E.U.A.), quando 129 mulheres que trabalhavam 16 horas por dia, paralisaram seus trabalhos por melhores condições de vida e por seus direitos trabalhistas e por este motivo patrões e policiais as trancaram em um pavilhão da própria fábrica e atearam fogo. Todas morreram queimadas vivas. Em 1910, na Dinamarca, ficou decidido que o dia 8 de março passaria ser dedicado como o dia Internacional da Mulher. Mesmo assim a Organização das Nações Unidas (ONU) só reconheceu oficialmente este dia em 1957. Porém ainda não podemos comemorá-lo com dignidade, pois para a trabalhadora rural é um dia que só lembra injustiças e desrespeitos.

Em 1995, as condições de



trabalho da mulher não são muito diferentes das que ocorriam em 1857, nos Estados Unidos. Quando assalariadas, as mulheres tem jornada tripla de trabalho, salários inferiores aos dos homens para atividades iguais, falta de creches; não tem atendimento a saúde e a maioria delas sequer possui documentos de regulamentação trabalhista. Diante deste quadro dramático, porém real,

decidiu-se em plenário, pela denúncia pública em manifestos, passeatas e assembléias em todos os municípios do estado, durante as comemorações do dia Internacional da Mulher, junto com outras organizações que buscam o respeito e a dignidade da mulher. A pauta de mobilização, com caráter nacional, aprovada em assembléia por 240 Sindicatos, na FETAEP, buscou esclarecer

a sociedade, que empregadores impedem que milhares de trabalhadoras rurais tenham acesso a seus direitos já garantidos na Constituição Federal, discriminando e tratando-as de forma injusta, vergonhosa e desumana, como se fossem indigentes e não trabalhadoras rurais.

As principais bandeiras de luta, deste ano, devido a crise socio-econômica que atravessa o Brasil e em virtude do tratado de Livre Comércio do Cone-Sul (MERCOSUL), sugeriram medidas de apoio ao setor produtivo como: liberação de recursos para a compra da produção e financiamento com opção de venda, dentro da política de garantia de preços mínimos do governo federal; outras medidas sugeridas são a eliminação da TR, que sejam respeitados os contratos feitos pela equivalência-produto, no custeio da safra pelo Banco do Brasil, e ainda na política agrícola, a manutenção do programa de valorização da pequena produção rural.

O manifesto do dia Internacional da Mulher também foi marcado por reivindicações no setor previdenciário e da saúde, reivindicando a revogação dos artigos 2º, 3º e 4º da medida provisória 598, de 31/08/94, do governo federal, sob a comprovação do exercício da atividade rural. As traba-



Missa em homenagem ao Dia Internacional da Mulher em Prudentópolis

lhadoras rurais lutaram também pela manutenção da aposentadoria da mulher aos 55 e cinco anos (homem aos 60) e que seja aceita como prova do exercício da atividade rural a declaração do Sindicato da categoria, ou ainda a carteira de associado.

Portanto o dia 8 de março deve ser um dia de alerta e luta. O MMTR também levantou durante as

manifestações a pesquisa da CONTAG e da Universidade Nacional de Brasília (U.N.B.), sobre a saúde da trabalhadora rural (ver matéria da pag. 16) que registra 80% das mulheres não fazendo relação entre o manuseio dos produtos tóxicos com o seu estado de saúde; e o grande percentual de nati-mortalidade entre trabalhadoras rurais - 52,3%.

A FETAEP realizou cursos sobre a correta utilização dos agrotóxicos, de massagens e plantas medicinais, como uma medicina alternativa, colaborando na luta pela reversão deste quadro, em vários municípios (entre eles: Lapa - 03/03, Prudentópolis - 08,09/03, Pato Branco - 17/03, Amaporã 21/03, Nova Olímpia - 22/03, Moreira Sales - 23/03 e Santa Izabel do Oeste - 06/04).



Marucha Vitorazzi (Comunicadora de rádio), Jacy Vanz Perin (Coord. da Com. Estadual de Mulheres Trab. Rurais), Edite Santos Tenório (Membro da Dir. da FETAEP), Jandira de Fátima L. Santos (Pres. STR de Loanda).



Manifestação, dia 8 de março, em Londrina

*"Na diferença é
que se constrói"*

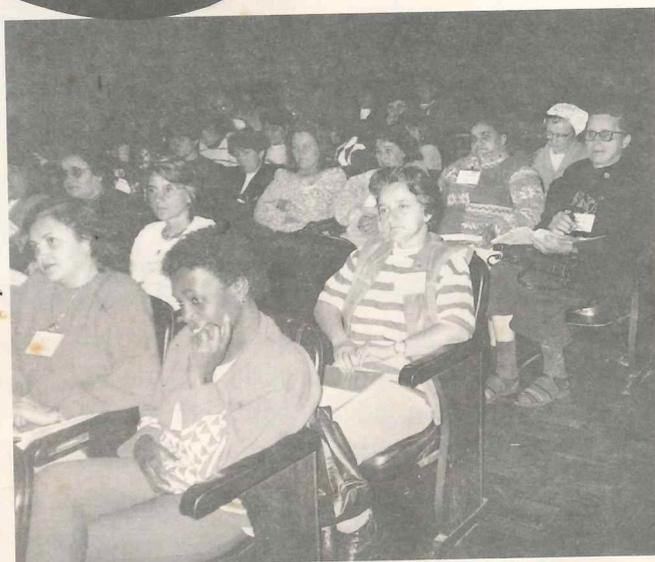


R eunião de

A FETAEP realizou em Curitiba, na sua sede, durante os dias 20 e 21 de julho de 1995, a reunião de Integração das Mulheres Trabalhadoras Rurais (M.T.Rs.), com as coordenadoras e lideranças, objetivando avaliar as ações já desenvolvidas, integrando novas perspectivas de atuação, mais sólidas e constantes na vida sindical.

Participaram 42 mulheres representando as coordenações e as lideranças do movimento das MTRs. Os convidados para a fase de abertura dos trabalhos foram : Dino Castilho - Engenheiro Agrônomo e Assessor do DESER (que falou sobre a "Política Agrícola"), Cesar Sanson - Assessor na Câmara de Vereadores (falou sobre "Política Econômica no Governo FHC"), Antônio Zarantonello - Presidente da FETAEP (sobre "Política Sindical") e Pedro Lemos - Secretário Geral da FETAEP.

Destacou-se que o governo federal é eleito por uma aliança partidária de caráter conservador e está subordinado aos interesses



da elite, não só a brasileira. Através da Reforma Constitucional, o governo federal abre mão de setores estratégicos e abdica de um projeto de desenvolvimento para a nação. As reformas atingem conquistas históricas dos trabalhadores, como o caso da Previdência Social.



*Abertura (da direita para esquerda):
Antonio Zarantonello, Dino Castilho,
Cesar Sanson e Jacy V. Perin.*

Integração

Hoje, conta-se com a presença de aproximadamente 140 parlamentares do setor patronal na bancada ruralista, o que vem privilegiar a camada dos grandes produtores, sabe-se que os bancos preferem financiar um grande produtor do que 100 pequenos produtores rurais, pois o trabalho é bem menor. Sobre o Grito da Terra, avaliou-se de que foi válido por que mostrou a sociedade as condições de vida e dificuldades do trabalhador rural, evidenciou a existência do trabalho e organização da categoria apresentando resultados positivos, estabelecendo critério ao pequeno agricultor (meeiro e

pequenos proprietários). “Não se pode mais pensar pequeno. A unidade do movimento sindical é importante, na defesa dos direitos da agricultura familiar e do assalariado. A mulher precisa ocupar este espaço na luta, pois tem muita capacidade de inovação!” (Dino Castilho).

Falando do início do processo organizativo da MTRs, Maira Botega, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catuípe, salientou que para o 6º Congresso da CONTAG, com antecedência de um ano, passou-se a discutir a garantia de vaga para uma mulher na executiva da CONTAG, que hoje a nível nacional está

passando a ser instituída estatutariamente e elegerá uma coordenadora em novembro de 1995, para a Comissão Nacional de Mulheres, que ficará vinculada a secretaria de formação e organização sindical. Para que as federações possam indicar nomes, é preciso que haja trabalho de base, uma Comissão Estadual contituída e que este nome seja referendado por uma Assembléia da Federação.

*“Ou a gente se
integra ou se
desintegra”*

"UM OUTRO JEITO DE SER"

A IMPORTÂNCIA DA CAPACITAÇÃO DA MULHER RURAL.

A presidente fundadora da Rede Mulher (Organização não Governamental sem fins lucrativos, nem vínculos políticos ou religiosos, que trabalha pela autonomia das mulheres especialmente nos setores populares onde exista menor acesso a informação e a capacitação), socióloga, Moema Viezzer, participou, no México, do Fórum Internacional (1975), que inaugurou a década da mulher das Nações Unidas; a partir disto e com base em experiências anteriores (leia box) dedicou-se a atividades relacionadas com a situação da mulher na América Latina, de onde nasceram vários livros; entre eles: "Um Outro Jeito de Ser", que baseou-se na experiência de mulheres trabalhadoras rurais do Paraná.

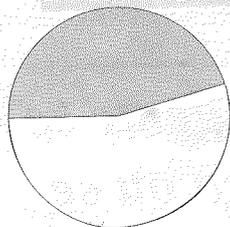
Debates e um laboratório sobre a questão da mulher, realizado na FETAEP, serviram de subsídio para a obra (projeto financiado pela UNIFEM) e contou com colaborações de mulheres de vários continentes. Da Índia, a cientista Física, Vandana Shiva, enviou o texto "A



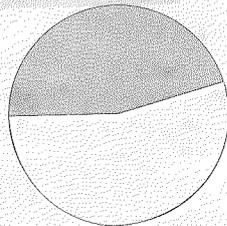
Semente e a Terra", que expõem a relação existente entre a exploração do corpo feminino e a natureza pela ciência patriarcal e mostra também, a necessidade da terra e da semente para a continuidade da vida na terra; com isto a cientista constrói um elo bastante forte entre a mulher e a natureza, sendo considerado um retrato muito interessante do pensamento ecofeminista: "não há ninguém para criar se não eu que sou mãe".

A obra de Moema, teve como objetivo educar e capacitar a mulher para suas atividades fundamentais e despertar as mulheres rurais a respeito de seus direitos como trabalhadoras e participantes ativas da produção. A partir do laboratório, da publicação do livro e da elaboração de um vídeo que serve como material

*O que aconteceria se o quadro
do planeta fosse este:*



51% DA POPULAÇÃO
MUNDIAL É MULHER



51% DOS SALÁRIOS E
DAS TERRAS DO
MUNDO NAS MÃOS
DAS MULHERES???

de apoio, as participantes passam a ser *multiplicadoras* e assumem o compromisso de passar adiante o que aprenderam.

A FETAEP vem conduzindo este trabalho com muita seriedade, contribuindo para a conscientização da mulher trabalhadora rural. "Este livro pretende ser um instrumento para ampliar a reflexão e a ação sobre os temas abordados, oferecendo pistas para quem aceita debruçar-se sobre a vida realizando o esforço de religar, aquilo que tem sido fragmentado pela cultura dominante" (Moema Viezzer).



Moema Viezzer em palestra, na FETAEP,
"Relações Sociais de Gênero"

**Carta Compromisso do laboratório,
"Um outro jeito de ser"**

Nós abaixo-assinados, mulheres e homens reunidos para o laboratório "Um Outro Jeito de Ser": Novas relações homem/mulher, na sociedade e com a natureza, realizado pela Rede Mulher em conjunto com a FETAEP e o Conselho Estadual de Condição Feminina do Paraná, consideramos a fome e a miséria questões culturais, éticas e de cidadania, além de sócio-político-econômicas. Nos comprometemos a apoiar, divulgar e a nos engajar na criação e na organização de Comitês de Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida.

Curitiba, 23 de maio de 1993.

**COMO PARTICIPAR
DA REDE MULHER**

- Como sócia educadora: São as mulheres envolvidas com a educação sob a ótica de gênero, comprometidas com a missão da Rede Mulher.
- Como filiadas: São pessoas ou organizações, que simpatizam com a missão da Rede Mulher.

REQUISITOS:

Enviar: Ficha de filiação preenchida e comprovante de depósito bancário no valor de R\$10,00 (relativo a taxa de filiação).

MAIORES INFORMAÇÕES:

REDE MULHER:

Rua João Ramalho, 991

São Paulo - SP CEP 05008-002

Tel.: (011) 873-2803 Fax: (011) 62-7050

ou FETAEP:

AV. Silva Jardim, 775

CEP:80230-000

Rebouças

Curitiba-PR.

Moema Viezzer, quem é esta mulher?

Gaúcha nascida em Caixias do Sul, mestra em Ciências Sociais, pela PUC - S.P. e educadora de adultos, foi professora de música no colégio Seigné, em Porto Alegre, nos anos 60; em 1969 iniciou sua trajetória de educadora popular, como coordenadora de grupos ligados a igreja, nos setores de educação, saúde e serviço social, em áreas rurais de diversos estados do Brasil; exilada em 1973, durante o regime militar, quando viveu no Peru, Inglaterra e México, em 1975, na capital mexicana, participou do fórum internacional que inaugurou a década da mulher das Nações Unidas (ONU); a partir daí com

base em sua experiência dedicou-se a trabalhos e atividades relacionadas com a situação da mulher na América Latina. O seu primeiro trabalho ("*Se me deixam falar*") foi traduzido para 20 idiomas. Ainda no exílio desenvolveu e coordenou o trabalho de pesquisa-educação na República Dominicana (1976-1977) e no Haiti trabalhos de pesquisa para o movimento de mulheres, resultando 2 livros ("*Se alguém quizer saber*" e o dossiê "*Mulheres operárias do Haiti*"). Em 1980, volta ao Brasil, funda a Rede Mulher e coordenou o projeto Direitos da Mulher (de iniciativa popular), envolvendo 750 gru-

pos de mulheres de todo o país, apresentado no Congresso Constituinte em 1987; ao mesmo tempo, desenvolveu o trabalho de pesquisa-ação-participante tanto na área sindical como no meio ambiente. Membro do Conselho de Educação para Adultos da América Latina e do Conselho Internacional de Adultos, nas áreas de ecologia e feminismo. Em 1985 foi contemplada com menção honrosa do prêmio internacional "Robby Kidd".

"Dela o movimento feminista e popular pode esperar novas e importantes contribuições".

(Benedita da Silva - Senadora - PT)

SAÚDE DA TRABALHADORA RURAL UM CRIME GRITANTE CONTRA A HUMANIDADE

Para falar em saúde da mulher não podemos nos limitar aos aspectos referentes a maternidade (gravidez, parto, aborto) mas a todas as fases da vida: da infância à velhice, entendendo que saúde é a completa sensação de bem estar físico, mental e social. Portanto, como tratar das especificidades da saúde da trabalhadora rural, sem contextualizar todo o dramático quadro social que prevalece hoje nas populações rurais do país.

A falta de informação das mulheres trabalhadoras rurais, a opressão a que são submetidas, o condicionamento à sexualidade do homem, além da sobrecarga de trabalho, são aspectos que influenciam e determinam as condições de saúde da mulher. Não podemos fechar os olhos para a realidade que está diante de nós, quando o assunto é mortalidade materna, que no Brasil toma proporções alarmantes. Embora os serviços de saúde dêem prioridade ao atendimento a mulher na fase materna - gravidez, parto, pós-parto - este atendimento está longe de ser satisfatório. A pressão alta, hemorragias e infecções pós-parto, são as principais causas da morte materna. E a maioria poderia ser evitada com um acompanhamento pré-natal, com exames e orientações apropriadas. A precariedade no atendimento durante a gravidez é pública e notória e a taxa de mulheres que não tem assistência pré-natal convenientemente

é altíssima. Em compensação, o Brasil é campeão mundial em cesáreas, a maioria desnecessárias. O risco de morte neste tipo de parto é duas vezes maior que no parto normal. Nos abortos, quase sempre clandestinos, ficam sequelas graves

como infecções ou esterilidade. Estima-se que quase a metade dos abortos realizados no Brasil são praticados por adolescentes entre 15 e 19 anos, com alto índice de morte, muitas delas ainda ligadas a prostituição infantil. Essa situação é resultante da ausência de acompanhamento e orientação quanto a concepção, sexualidade e educação.

Outra causa de morte entre mulheres é o câncer; os tipos mais comuns são o da mama e o do colo de útero, que são totalmente preveníveis. Essa situação poderia facilmente ser evitada se houvesse vontade política e investimento nesta área.

A mulher do campo está exposta a muitos problemas, alterações emocionais devido a maneira como vive, sua condição de mulher, esposa, mãe e trabalhadora. A jornada de trabalho da Mulher

Trabalhadora Rural (MTR) também contribui para fragilizar sua saúde; a maioria começa a trabalhar antes dos 10 anos de idade e metade não tem sequer um dia de repouso.

Uma pesquisa feita pela CONTAG e a UNB, com 928 mulheres (34,2% com até 35 anos e 60,9% com até 45 anos), revela que 52,3% das



MTRs já tiveram ao menos um filho nascido morto. De 24,8% das mulheres que tiveram 9 filhos, apenas 13,8% tiveram todos os filhos vivos e 40,6% tinham menos de 3 filhos vivos, quando feita a pesquisa, vale salientar que 60,6% engravidaram pela primeira vez entre 15 e 21 anos.

O contato permanente destas trabalhadoras com agrotóxicos, utilizados nas lavouras estão diretamente relacionados a nati-mortalidade; 42,5% tiveram perda fetal espontânea, quando no meio urbano esse quadro não ultrapassa os 10%. Mais de 67% das MTRs nunca receberam qualquer informação sobre a correta aplicação de agrotóxicos e os riscos que esses produtos podem causar à saúde; é alarmante a estatística de 83,4% de mulheres que reutilizaram embalagens de agrotóxicos, para guardar água e mantimentos e 67,7% afirmam não ter recebido qualquer informação sobre o assunto.

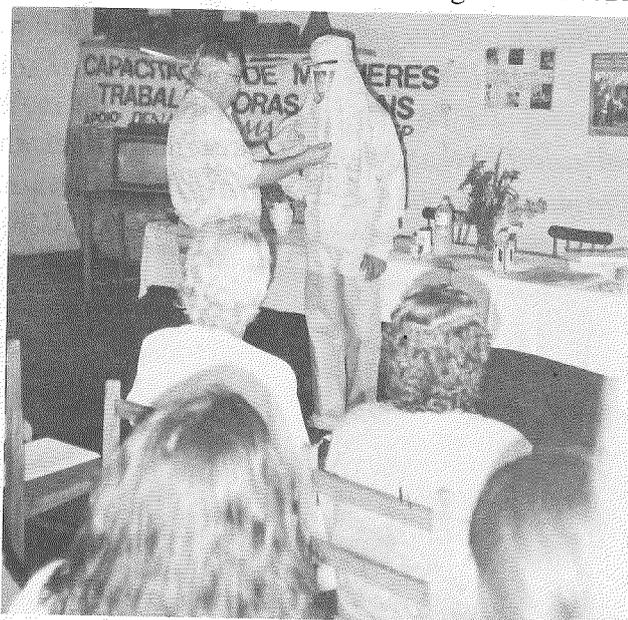
Nesta pesquisa tomou-se conhecimento que 53,6% das mulheres rurais afirmam sofrer de algum problema crônico de saúde. Entre eles, 34,1% acredita-se ser consequência direta da manipulação de agrotóxicos (para isso está sendo usado como parâmetro os sintomas de dor no corpo, dor de cabeça, fraqueza e os problemas de natureza respiratórios e neurológicos).

Segundo Fernanda Cordeiro, em seu livro **Reflexões sobre a última década - velhos e novos desafios**, editado em 1994 (ENSP/FIOCRUZ): "os riscos químicos afetam de forma grave os trabalhadores rurais, o problema de falta de controle, educação ambiental e de responsabilidade entre os fabricantes e também os produtores. Vários agrotóxicos altamente vene-

nos encontram-se á venda, com muito pouca explicação sobre o correto manuseio.

Como um exemplo prático; desta dramática situação: das 20 mulheres grávidas que trabalharam na safra de 1985, de fumo de Piên, no Paraná, 12 abortaram em consequência do uso inadequado e excessivo de agrotóxicos. O processo de trabalho do fumo é quase todo feito por mulheres".

A jornada de trabalho entre as mulheres rurais chega muitas vezes a 18 horas diárias e elas



Palestra de orientação: "O correto uso de agrotóxicos"

estão mais inseridas nas tarefas pagas por produção, como a colheita e o plantio manual; estas são tarefas repetitivas que implicam na necessidade da velha habilidade e delicadeza feminina e na falsa idéia de que o trabalho é leve. Nestas tarefas impõe-se o ritmo acelerado para aumentar a produção.

A sobrecarga de trabalho apontada na pesquisa indica que 89,9% de mulheres trabalham

antes dos 15 anos, em diversas regiões onde há "tripla" jornada de trabalho, que é a do feitiço de artesanato, cuidar da casa e das crianças e ainda muitas vezes trabalhar fora, para reforçar o orçamento familiar.

Preocupadas com a realidade das trabalhadoras rurais e lutando para reverter este quadro a FETAEP promoveu o 1º Encontro Estadual sobre Saúde e Segurança no Trabalho Rural, em Curitiba, nos dias 30 e 31 de Agosto de 1994.

O processo de mudança é permanente para as condições de vida da família rural, somam-se a isso uma ampla rede de informações sobre saúde: Uso de plantas medicinais, Transformação de alimentos para o consumo, Planejamento familiar e Prevenção de acidentes de trabalho.



Conselho Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Paraná. Outras atividades:

A Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais, intensificou suas atividades, através de uma coordenação estadual, a partir de maio de 1995, quando iniciou um resgate histórico do trabalho das trabalhadoras rurais, na FETAEP; implantou uma ordem administrativa, buscou novas metodologias de ações e recursos que permitissem a reestruturação de trabalho. Em junho de 1995, apresentou o primeiro plano de ação (junho/94 - junho/95), traçando um perfil do quadro existente, expondo objetivos, apresentando necessidades e propondo linhas de ação.

Neste período atuou continuamente em todas as frentes, através de debates, cursos, seminários, etc.:

Março/93 - Reunião com representantes das comunidades de Mariópolis, pastoral da criança e STR.

Abril/93 - Primeira reunião de mulheres em Pato Branco, definiram uma Comissão Municipal de Mulheres (Trabalhadoras Rurais) - Espaço antes destinados apenas à participação dos homens e que hoje já conta com a participação das mulheres sindicalistas.

Junho/93 - 1ª Reunião da Comissão de Mulheres Rurais de Pato Branco, para definir as metas de trabalho.

Março/94 - Eleição e posse de Jacy Vanz Perin, no Conselho Administrativo da Rede Mulher.

Março/94 - Reunião em Mariópolis, trabalho integrado da Pastoral da Criança e do

STR (local), com líderes da comunidade para discutir questões relacionadas ao menor e apresentação de alternativas de alimentação.

Maio/94 - Reunião de Mulheres Rurais em Campo Mourão, sobre a importância da participação da mulher na vida sindical e campanha de sindicalização.

Maio/94 - Seminário sobre crianças e adolescentes, na Universidade Estadual de Londrina.

Maio-Junho/94 - Coordenação Estadual visita todas as micro regiões sindicais.

Junho/94 - Levantamento dos programas de rádio ligados aos STRs e preparo do quadro de mulheres para o uso da rádio (CEMINA).

Junho/94 - Direitos Previdenciários, reunião com a Comissão, denúncia e depoimento de mulheres rurais à imprensa.

Junho/94 - Primeiro Grito da Terra Brasil, Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais que objetivou a conquista de uma linha de crédito diferenciada, discutiu-se também questões referentes a Reforma Agrária e a qualidade de vida do trabalhador rural. Atuaram junto aos Ministérios da Agricultura e Ministério da Previdência e Saúde.

Julho/94 - Curso "Comunicação, saúde e segurança no trabalho", em parceria com a OBORÉ/SP.

Agosto/94 - Seminário de Saúde e Segurança do trabalhador rural, na FETAEP, com a parceria da OBORÉ/SP.

Setembro/94 - Discussão e implementação de ações para "Projeto de educação a distância" - INED/SEERT.

23 a 28 / outubro / 94 - Aprendendo a Conviver, entrevista em Brasília, representantes da UNIFEM para o Brasil e o Conesul, onde apresentaram-se as entidades e mostraram alternativas de trabalhos para as organizações presentes no laboratório de Capitação para Uso dos Meios de Comunicação.

Março/95 - Feira Livre em Pato Branco, atuação das mulheres em linha de frente na organização da feira que reúne pequenos produtores comercializando produtos direto com o consumidor.

08/março/95 - Mobilização **Micro Reg. 1** (Barracão) passeata com 5.000 pessoas, inclusive de Santa Catarina;

Micro Reg. 3 passeata com 200 pessoas em Umua-rama e passeata com 1.500 pessoas em Cianorte;

Micro Reg. 4 (Loanda) passeata com 1.500 pessoas;

Micro Reg. 5 (Campo Mourão) reuniram-se e geraram documento enviado à FETAEP;

Micro Reg. 6 (Londrina) manifestação conjunta com a população e o Sindicato dos Bancários, 4 Presidentes de STRs se reuniram com INSS e passaram um Fax para o Ministro;

Micro Reg. 8 (Prudentópolis) geraram documento enviado à FETAEP;

Micro Reg. 9 (Apucarana) passeata até o INSS com a presença de 1.000 manifestantes

Micro Reg. 10 passeata com 400 pessoas.

09/março/95 - Saúde da mulher, fontes alternativas, prevenção e risco na utilização de agrotóxicos.

23/março/95 - Encontro de mulheres rurais, em Moreira Sales.

06/abril/95 - Reunião do fórum Direito da Criança e adolescente (na FETAEP).

07/abril/95 - Visita à Lapa com a presença de Moema Wiezzer e representantes da Comissão do MMTR ,no dia Mundial da Saúde; com o auxílio do Exército montaram barracas na praça da cidade onde foram expostas ervas medicinais e técnicas de massagens. O exército colaborou ainda na organização, distribuindo chás e também prestou serviço médico (medição da pressão arterial) a população.

12/abril/95 - Almoço com a ex-ministra Luiza Erundina (PT) e representantes do C.E.M.T.R. (Angela e Mara).

24 a 28 / abril/95
6º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais em Brasília, as mulheres estiveram garantindo seus espaços de participação; um marco de mudança na história do Movimento Sindical. Eleição da nova diretoria da CONTAG.



A Valdete Terezinha Londero:

"Sua vida faz parte de nosa história" (CEMTR/FETAEP)

Mulheres eleitas: 1ª Secretária Geral - Maria Santiago de Lima; Suplentes: Maria Bottega, Maria das Virgens A. de Almeida, Maria Rosalina dos Santos e Neide Ropelato Moraes; Suplentes do Conselho Fiscal: Hilda Alesio Rubin e Gedalva Fonseca Santos.

02/maio/95 - Reunião do Fórum do Menor. Realizado na **Micro Região 10** - Araucária, Contenda e Campo Largo - evento sobre aspectos ligados a saúde e a participação na sociedade como um todo, realizado pela EMATER e pelas Prefeituras, através da Sec.

Mun. de Saúde, com a participação de: Dr. Antonio Miozzo (Representante da FETAEP), Jaci Vanz Perin e Ângela T. Lang (Representantes do C. E. M. T. R. da FETAEP).

(04/05) No município de Araucária: Lagoa Grande 100 participantes,

(10/05) Tietê 250 participantes,

(17/05) Guajuvira 180 participantes,

(16/05) Em Contenda 560 participantes.

(27/05) Em São José dos Pinhais 200,

(31/05) Colônia Cristina 200 participantes e

(31/05) em Campo Largo 250 participantes.

Obs.: A C.E.M.T.R. falou sobre aposentadorias, documentação necessária e a importância de ser agricultor.

23/maio/95 - Reunião Fórum do Menor.

24/maio/95 - Reunião Com. Org. do Mov. do Grito da Terra, definição de metas e divisão de trabalhos.

25,26/maio/95 - Curso de Capacitação para membros do Con. Est. dos Direitos da Criança e Adolescente no IBAM - Inst. Brasileiro de Adm. Municipal (RJ).

05,06 e 07/junho/95 - Segundo Grito da Terra Brasil, Buscou os mesmos objetivos do primeiro movimento e apresentou resultados como: três linhas de crédito com taxas reduzidas. Sendo este movimento uma maneira de levar a sociedade como um todo as condições de vida e dificuldades por que passa o trabalhador rural. As mulheres se fizeram presentes nas comissões de negociação dos dois eventos (1º e 2º Grito da Terra).

13, 14/junho/95 - Educar para não Discriminar (Rio de Janeiro), abordou assuntos relacionados a relações de gênero, de como educar para não discriminar. Promoção da Rede REPEM - Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina.

14/junho/95 - Evento em Mandirituba que tratou de questões relativas a Valorização Profissional da Mulher e Direitos da Mulher

Trabalhadora Rural. Organização e Apoio; STR/FETAEP/EMATER - Pr.

15,16,17 e 18/junho/95 - Conferência Nacional de Mulheres (Rio de Janeiro), 700 mulheres de 25 estados (Mulheres de campo e da cidade) estiveram no Instituto Benett, propondo e buscando encontrar pontos em comum, traçando estratégias e perspectivas até o próximo milênio. Servindo de base para o documento das Mulheres Rumo à Beijing/China.

20 e 21/junho/95 - Jacy V. Perin, representa e FETAEP, na CUT nacional; Tema "Criança e adolescente".

29 e 30/junho/95 - 1º Seminário Estadual sobre Previdência Social e o Trabalhador Rural, CEFET - Curitiba, promoção da FETAEP e convênio DENACOP/MAARA.

14/julho/95 - Encontro de mulheres trabalhadoras rurais, em Mandirituba.

Agosto/95 - Escolha de 3 representantes por Micro Região, para compor a Comissão Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais, que hoje conta com 30 representantes regionais e uma coordenadora estadual.

O trabalho das M.T.Rs., dentro da FETAEP, ocorre através do efeito de multiplicação, onde recebem as informações e devem repassá-las para a base (município), na função de formadoras de novos quadros de mulheres (monitoras municipais) junto aos STRs.

Um dos meios de comunicação mais utilizados para a difusão de informações junto aos Trabalhadores Rurais é o rádio. Hoje existem 71 programas de rádio ligados ao movimento sindical, no estado do Paraná.



Acapulamento: 2º Grito da Terra Brasil